

# Equipe econômica começa a definir cronograma de seus projetos de lei

82

por Maria Clara R. M. do Prado  
de Brasília

O limite do espaço político no qual a área econômica poderá agir para garantir um mínimo de medidas para ajustar as contas públicas e tentar a estabilização dos preços começa a ser delineado. Ontem, depois dos avisos do presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), de que o Executivo tem de se preparar "para enfrentar a realidade", o governo passou a admitir que não haverá tempo hábil para encaminhar as propostas através de emendas à constituição.

"Nada do ajuste virá para o Congresso na forma de emenda", disse o líder do governo na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS-PE), à repórter Adriana Vasconcelos, deste jornal, depois de ter se avistado com o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. O líder do governo e o ministro acertaram um encontro na terça-feira com o presidente Itamar Franco para definir o cronograma de encaminhamento das propostas econômicas que devem ganhar a forma de projetos de lei ou medidas provisórias.

Fernando Henrique Cardoso deve reunir-se hoje com parte de sua equipe para discutir questões relacionadas ao ajuste fiscal, tendo em vista que a equipe trabalha na expectativa de enviar ao Congresso a proposta do orçamento de 1994 na última semana deste mês e é no equilíbrio do orçamento que as chances do governo aumentam. Conforme comentou ontem o novo líder do PMDB na Câmara, deputado Germano Rigotto, "o ministro Fernando Henrique tem hoje maiores possibilidades de

cortar gastos do que de aumentar impostos".

A idéia de usar o câmbio como âncora em um futuro plano de estabilização — obter segurança com a aceitação das medidas fiscais continua sendo, nesta fase, a principal preocupação do ministro da Fazenda — não está descartada. Várias são as alternativas, mas, diante da situação política e da própria circunstância do governo Itamar Franco, já se admite, na área econômica, operar com um modelo mais modesto e menos sofisticado quando comparado com a proposta, por exemplo, do "currency board" ou da moeda indexada.

Uma alternativa seria usar a taxa de câmbio como referencial para a correção de dois outros preços importantes na economia, as tarifas públicas e do setor de oligopólios, que seriam induzidos a praticar níveis de reajuste vinculados à variação cambial. A taxa de câmbio, por sua vez, continuaria sendo administrada pelo Banco Central mas passaria a variar abaixo da inflação passada, projetando para a frente níveis cada vez mais baixos.

O alto nível das reservas cambiais funciona como um colchão de segurança ao governo e a premissa por detrás dessa idéia é de que os demais preços da

economia tenderiam a "correr" no mesmo passo da variação cambial. Pode parecer um plano incompleto, mas, conforme comentou para este jornal importante fonte do governo, a virtude da proposta repousa no fato de que está centrada nos três preços sobre os quais o governo tem controle — câmbio, tarifas e preços de oligopólios — já que não há nenhuma possibilidade de controle da parte do governo sobre os demais preços. A própria circunstância política que o País atravessa torna absolutamente inviáveis propostas com imposição de fixação de preços para contratos em geral e outros preços da economia.